

EDITORIAL

Importantes civilizações do passado, como a nilótica e a mesopotâmica, edificaram sua prosperidade a custa dos grandes rios, dominando a amplitude de seus regimens e tirando proveito mesmo de suas manifestações catastróficas. Para isto instalaram uma ampla rede de canais, barragens reguladoras, observatórios para predizer as estações do ano e um sistema de agrimensura completa. Os obeliscos e as pirâmides são monumentos testemunhos da perfeição das práticas de astronomia, construídos para a previsão das cheias e consequente regularização do curso d'água que transformava terras áridas em celeiro do mundo antigo.

O domínio das bacias hidrográficas é uma aspiração inherente aos grupos humanos. A medida que se desenvolve o aproveitamento hidráulico e a regularização das correntes fluviais, se pronuncia a aspiração dos grupos civilizados, instalados nas margens do rio de reunir, sobre sua jurisdição não sómente a porção navegável pela natureza, senão a totalidade de sua bacia fluvial, até alcançar as suas nascentes, já que da posse do seu alto curso depende a eficácia da regularização do seu regimem, em benefício da navegação e da possibilidade do aproveitamento da energia hidráulica, de uma maneira mais racional. Quando mais de uma nação participam de uma mesma bacia hidrográfica, se fazem necessários convênios relativos ao aproveitamento e preservação do sistema fluvial, tais como o reflorestamento das nascentes, prática de agricultura racional, emprêgo de técnicas conservacionistas, regulagem das águas, aproveitamento da energia cinética do curso e conservação e desenvolvimento da navegação. Na Europa, o rio Danúbio, é exemplo da participação de interesses comuns entre a Alemanha, Áustria, Hungria, Iugoslávia, Bulgária e Rumenia, sendo respeitados os tratados relativos às práticas conservacionistas da bacia mesmo durante o conflito mundial, quando as nações interessadas na bacia estavam lutando em campos contrários. Na

América do Sul ha o exemplo da bacia do Prata, envolvendo relações entre o Brasil, Paraguai, Uruguai, Argentina e Bolívia, aduzidos de problemas de grande complexidade.

As nações altamente civilizadas aparecem como aproveitadoras das bacias hidrográficas, pondo-as a seu serviço, mesmo em seus aspectos mais negativos. Para tanto se promove o ESTUDO GEOGRÁFICO e CARTOGRÁFICO das Bacias hidrográficas, em seus aspectos físico e humano, o qual serve de base a um planejamento de CONJUNTO ao aproveitamento integral da região fluvial. O valor de um estudo desta natureza foi patenteado na recuperação do vale do Tennessee nos EE.UU., onde a devastação das florestas, acrescida da agricultura irracional, tinha transformado um vale dos mais férteis em êrmo sujeito à cheias das mais calamitosas. O estudo geográfico e o levantamento cartográfico, feito da bacia dos rios Ohio e Tennessee, permitiu um planejamento de recuperação, rigorosamente adaptado às condições do solo, dentro das contingências climáticas, do regimem dos rios, dos fatores catastróficos provocados por precipitações inusuais, — terminando por transformar aquela extensa região devastada (com uma área de cerca de 2/3 do Rio Grande do Sul), em terras do mais alto padrão de produtividade.

Tendo-se em vista as últimas cheias que assolararam o Estado do Rio Grande do Sul, vibrando rude golpe na sua economia e na própria estrutura social, estamos diante de uma motivação assaz poderosa para promover, com a maior brevidade possível, e com o emprêgo de todos os recursos de nossa civilização, o estudo geográfico e o mapeamento cartográfico das nossas principais bacias hidrográficas, em particular da do Uruguai e do rio Jacuí, já que esta última está, desde sua foz até as nascentes, compreendida dentro do território gaúcho. A Comissão Interestadual de Planejamento da Bacia do Paraná-Uruguaí não apenas merece o apoio incondicional do Rio Grande, como também de-

ve receber os meios para poder cumprir a meta de seus estudos e recomendações sobre a regularização e aproveitamento do rio Uruguai, que é de tanta importância para a economia do Estado. Uma participação ativa de técnicos e geógrafos riograndenses na Comissão Interestadual, a par com os recursos financeiros indispensáveis, é uma providência que muito contribuiria para a equação de tão grave problema ora em triste evidência.

O estudo da Bacia do rio JACUI, também reclama uma atenção imediata. Quase nenhum estudo geográfico de conjunto e coordenado existe sobre este importante sistema fluvial. Todas as demonstrações catastróficas no regime daquele rio tem causado, ano após ano, as mesmas devastações apresentando os mesmos problemas pendentes de solução. A organização da naveabilidade, a estabilização do débito, a irrigação e a transformação da energia cinética, não tem sido objeto de um plano de CONJUNTO, já que inexiste o mapeamento topográfico e hidrográfico da bacia como um todo, e falta um estudo geográfico do meio ambiente, vinculado a realização de um planejamento TOTAL. A gigantesca obra do aproveitamento hidráulico que está sendo levada a efeito, com tanta dedicação e competência, pela Comissão Estadual de Energia Elétrica do Rio Grande do Sul, terá a sua projeção ampliada pelo estudo do impacto geográfico sobre a paisagem na área de sua influência imediata e indireta. Assim a regularização do curso e a drenagem das águas do rio Santa Cruz (Cabeceiras do rio Cai) para o rio Santa Maria (Cabeceiras do rio dos Sinos) atuará sobre os processos de encaixamento fluvial modificando a evolução do vale, influirá sobre o

nível para a navegação — tornando-o constante, acabará por modificar a economia regional abrindo novos horizontes para a industrialização local dos produtos, contribuirá para a ampliação da rede rodoviária, etc. O estudo de todas estas relações casuais, e a sua delimitação no tempo e no espaço, é incumbência do estudo geográfico regional, aplicado à bacia como um todo. A falta de qualquer estudo é tão significativo que até hoje não se conseguiu definir a natureza geográfica do próprio GUAIBA — importante extensão d'água frente a cidade de Prôto Alegre, que medeia entre o rio Jacuí e a laguna dos Patos — o qual tem sido apelidado, sucessivamente, de rio, estuário e delta, em flagrante contradição com toda e qualquer conceituação geográfica.

O Rio Grande do Sul possue fôros de civilização mais que suficientes para regular e aproveitar as bacias hidrográficas das quais participa. Todavia não se pode planejar aquilo que se desconhece. É imperativo seja feito o estudo geográfico detalhado das bacias hidrográficas e promovido o seu levantamento cartográfico, a fim de poder elaborar PLANOS INTEGRAIS para cada bacia hidrográfica, aptos a resolver toda variedade de problemas, cuja estreita relação os torna interdependentes, passíveis de SOLUÇÕES DE CONJUNTO. O amparo público à realização do estudo geográfico e levantamento cartográfico das bacias hidrográficas gaúchas será, sem dúvida, um passo decisivo para transformar uma situação de constante flagelo em fator de prosperidade econômica e social.

H. A. T.